

**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

PATRICK DA SILVA PASTOR

**EDUCAÇÃO E IDENTIDADE
NACIONAL:**

Contribuições da disciplina de História do
Colégio Pedro II (1837-1850)

Rio de Janeiro
2024

PATRICK DA SILVA PASTOR

EDUCAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL:

Contribuições da disciplina de História do Colégio Pedro II (1837-1850)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História, ofertado pela Pró-Reitoria de Ensino do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Felipe Lameu dos Santos.

Rio de Janeiro

2024

**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
BIBLIOTECA DO CAMPUS REALENGO II
CATALOGAÇÃO NA FONTE**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada por Suria Braga Alves (CRB7 nº6490),
bibliotecária do Colégio Pedro II, Campus Realengo II.

P293e

Pastor, Patrick da Silva

Educação e identidade nacional: contribuições da disciplina de história do Colégio Pedro II (1837-1850) / Patrick da Silva Pastor – Rio de Janeiro: [s.n.], 2025.

39 p.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Lameu dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Colégio Pedro II, Curso de Licenciatura em História.

1. Ensino - História. 2. Colégio Pedro II. 3. Identidade nacional. I. Santos, Felipe Lameu dos (Orientador). II. Colégio Pedro. III Licenciatura em História. IV. Título

CDD 907

PATRICK DA SILVA PASTOR

EDUCAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL:

Contribuições da disciplina de História do Colégio Pedro II (1837-1850)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História, ofertado pela Pró-Reitoria de Ensino do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em História.

Aprovado em 29 de dezembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Felipe Lameu dos Santos
Colégio Pedro II
Orientador

Profa. Dra. Shayenne Schneider Silva
Colégio Pedro II

Rio de Janeiro
2024

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me amparar e ser minha força nos momentos difíceis, por iluminar meu caminho com pessoas boas que me ajudaram e por me dar coragem para superar os desafios ao longo desta jornada.

À minha família: à minha bisavó, Aidé, e à minha avó, Marlene, pelo apoio incondicional; à minha mãe, Amanda, ao meu pai, Roberto, e à minha madrastra, Lorena, por participarem ativamente de todos os processos, me acompanhando de perto; às minhas irmãs, Júlia e Roberta, e ao meu irmão, Daniel, por sempre acreditarem e torcerem por mim. Obrigado por todo amor. Vocês são a principal razão disso.

Aos amigos e amigas que fiz ao longo da graduação, em especial à Adriely Oliveira, ao Vinícius Bastos e à Andressa Tavolaro, que muitas vezes renovaram meu ânimo, me acolheram e me ajudaram a ser melhor; ao Guilherme Haniel, à Nathália Passagem, à Karmel, à Julie Carvalho, à Ana Júlia, ao Luís Pereira, ao Vinícius Moreira e ao Thiago Nascimento, pelo apoio e pelos aprendizados em conjunto; ao Leonardo Amaral, por todas as trocas e inspirações; e à Ana Clara Cardoso e ao João Pedro, que, mesmo sendo de outro curso, marcaram forte presença na minha trajetória. Obrigado por ressignificarem a graduação para mim.

Aos amigos e amigas que me acompanharam desde a decisão de cursar História até a conclusão do curso: à Gabrielle Siqueira, à Caroline Siqueira, à Gabrielle Miranda, ao Davy Roberto, à Caroline Oliveira, à Ellen Jales, à Thaíse Freitas, ao Matheus Lima, à Leandra Soares, ao Luis Vitor, ao Fábio Curvelo, ao Paulo Soares e ao Daniel Martins. Obrigado por serem minha rede de apoio ao longo de todo o processo.

Aos amigos e amigas que fiz no trabalho, que tiveram contribuições marcantes na minha trajetória acadêmica: à Adriana Trianon, ao Gabriel Fernandes, à Gabriella Joya, ao Gabriel José, à Natasha Lisbôa, à Júlia Marcelino, à Mylena Vieira, à Mariana Marques, ao Guilherme Rocha, ao Eliezer Borges, à Maria Cristina Paiva, ao Victor Freire, à Andressa Miranda, à Carolina Barreto, à Laís Almeida e à Lia Palli. Obrigado por terem marcado presença na minha caminhada.

Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE-CP2): em especial, ao meu professor orientador, Felipe Lameu, e à professora Shayenne Schneider, que desde o início acreditaram no meu potencial e me auxiliaram no amadurecimento acadêmico. Sou muito grato por tudo o que vocês e o GEPHE fizeram por mim e por todas as experiências que me proporcionaram.

Aos meus professores da graduação, que foram excelentes exemplos da prática docente e que levo como inspiração: ao meu professor e coordenador, Márcio Reis, que esteve sempre disposto a oferecer suporte nos mais diversos momentos; aos professores Leonardo Chermont, Bruno Silva, João Henrique Castro, Rômulo Paura, Eduardo Parga, Glaydson Matta, Guilherme Linhares, Gabriel Leccas, Gabriel Onofre, Eduardo Prestes, Gabriel Giesta e Pedro Pimentel; e às professoras Fabiana dos Anjos, Valesca Almeida e Priscila Bastos. Obrigado pelo privilégio de tê-los como referências.

Aos professores que acompanhei no estágio supervisionado no Colégio Pedro II: à Arthur Caser e à Daniella Fraga. Obrigado pelos ensinamentos e pela parceria. Vocês fizeram a diferença.

Às profissionais que trabalham na secretaria da graduação: à Vanessa e à Elizabeth. Obrigado pelo vigoroso apoio e pelos esforços dedicados à nossa graduação. Vocês foram indispensáveis na minha trajetória.

Aos meus professores da escola, que me motivaram e vibraram comigo a cada conquista, mesmo à distância: à Rosana Correa, ao Ray Facini e à Aretha Borges. Obrigado!

A educação é um ato político. Não há prática educativa indiferente a valores. Ela não pode ser indiferente a um certo projeto, desejo ou sonho de sociedade. (FREIRE, 1991, p. 20).

RESUMO

PASTOR, Patrick. **EDUCAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL:** Contribuições da disciplina de História do Colégio Pedro II (1837-1850). 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Pró-Reitoria de Ensino, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

Este trabalho tem por objetivo investigar como a disciplina de História do Colégio Pedro II contribuiu diretamente para a construção do que se pretendia ser uma identidade nacional brasileira. O recorte temporal se justifica pelo próprio objeto, iniciando-se em 1837, ano de criação da referida instituição, e findando-se em 1850, ano de aplicação do primeiro programa de ensino do colégio. São analisados aspectos que se vinculam à educação ofertada pela instituição, como os simbolismos que envolveram a criação da instituição, a constituição dos funcionários, o quadro geral de estudantes e programas de ensino das cadeiras de História, de forma específica e comparada. A pesquisa foi feita a partir da análise crítica de fontes. As fontes utilizadas são documentos institucionais, encontrados no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM); produtos da imprensa periódica, exibidos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; e decretos e leis dispostos nos domínios públicos digitais do governo brasileiro. A análise é enriquecida por uma bibliografia que aborda a temática em diversas perspectivas e profundidades, promovendo o diálogo com autores como Morel, Gondra e Schueler, que examinam o período de forma mais ampla, e Beatriz Santos, Vera Andrade e Leticia Silva, que investigam a instituição de maneira mais específica. Por fim, pretende-se ampliar o entendimento dos usos políticos da Educação, sobretudo a partir da disciplina de História, junto a uma modesta contribuição para a historiografia que contempla uma instituição tradicional como o Colégio Pedro II.

Palavras-chave: Disciplina de História, Colégio Pedro II; Identidade Nacional.

ABSTRACT

PASTOR, Patrick. **EDUCAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL:** Contribuições da disciplina de História do Colégio Pedro II (1837-1850). 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Pró-Reitoria de Ensino, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

This study aims to investigate how the History discipline at Colégio Pedro II directly contributed to the construction of what was intended to be a Brazilian national identity. The temporal scope is justified by the object of study itself, starting in 1837, the year of the institution's creation, and ending in 1850, the year the first curriculum was implemented. Aspects related to the education offered by the institution are analyzed, such as the symbolism surrounding its creation, the composition of its staff, the students, and the History curriculum, in a specific and comparative manner. The research was conducted through a critical analysis of sources. The sources used include institutional documents found in the Colégio Pedro II's Documentation and Memory Nucleus (NUDOM), periodical press products displayed in the National Library's Digital Hemeroteca, and decrees and laws available in the Brazilian government's digital public domain. The analysis is enriched by a bibliography that addresses the theme from various perspectives and depths, fostering dialogue with authors such as Morel, Gondra, and Schueler, who examine the period more broadly, and Beatriz Santos, Vera Andrade, and Leticia Silva, who investigate the institution more specifically. Ultimately, the study seeks to broaden the understanding of the political uses of education, especially through the History discipline, and to make a modest contribution to the historiography that encompasses a traditional institution like Colégio Pedro II.

Keywords: History discipline, Colégio Pedro II, National Identity.

LISTA DE FIGURAS (ILUSTRAÇÕES)

IMAGEM 1 - Programa de ensino de História do Brasil para as Aulas de Sétimo Ano: primeiro fragmento (1850).

IMAGEM 2 - Programa de ensino de História do Brasil para as Aulas de Sétimo Ano: segundo fragmento (1850).

IMAGEM 3 - Programa de ensino de História Moderna para as Aulas de Sexto Ano: primeiro fragmento (1850).

IMAGEM 4 - Programa de ensino de História Moderna para as Aulas de Sexto Ano: segundo fragmento (1850).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPII – Colégio Pedro II

GEPHE-CPII - Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação do Colégio Pedro II

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

NUDOM – Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 BRASIL: UNIDADE A PARTIR DE UMA IDEIA	16
3 EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA E IDENTIDADE NACIONAL	18
3.1 A construção institucional da consciência histórica	19
3.2 A constituição disciplinar	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca identificar como o império brasileiro buscou alicerçar as bases do que se pretendia ser a identidade nacional brasileira a partir da Educação, entendendo-a como importante ferramenta para essa construção. O estudo se volta especificamente para a disciplina de História do Colégio Pedro II (CPII) entre os anos de 1837 e 1850, buscando identificar alguns de seus principais agentes e ferramentas que auxiliaram o governo imperial nessa missão. O recorte temporal justifica-se pelo próprio objeto, pois se inicia no ano de criação da referida instituição, e se encerra em 1850, ano de aplicação do primeiro programa de ensino da instituição.

A primeira metade do século XIX foi um grande divisor de águas na história das Américas, principalmente devido aos processos de independência em cadeia que ocorreram no período. O surgimento dessas novas nações modernas ocasionou diversas questões e disputas políticas, frutos dos interesses dos mais diversos grupos sociopolíticos - no Brasil, com a presença marcante de liberais, conservadores, restauradores e republicanos - que participaram ativamente dos movimentos de emancipação. Sendo assim, eram necessários elementos que pudessem conferir coesão aqueles povos, de forma que a heterogeneidade dos projetos nacionais não resultasse em uma fragmentação política e acabasse comprometendo a tão idealizada independência. Especialmente no caso brasileiro, tais elementos que constituíam a ideia de nação foram indispensáveis, principalmente para a manutenção da unidade territorial em torno do governo do Rio de Janeiro (Neves, 2011). Certamente, um desses elementos principais era a construção de uma identidade nacional.

Nos termos de Benedict Anderson (2008), a identidade nacional é uma construção social, cultural e política, que visa integrar uma sociedade ao redor de uma mesma ideia de pertencimento. Essa ideia é, muitas vezes, articulada por meio de símbolos, narrativas históricas e práticas culturais compartilhadas, que dão forma a um imaginário nacional. Nesse contexto, a identidade nacional não é algo dado ou natural, mas um processo dinâmico que envolve a seleção e a valorização de determinados elementos culturais e históricos em detrimento de outros. Instituições como a escola, a imprensa e o Estado desempenham um papel central nesse processo, reforçando discursos que legitimam a coesão nacional e promovem a sensação de continuidade histórica. Entretanto, essa construção pode também excluir ou silenciar grupos e identidades divergentes, evidenciando as tensões e disputas presentes na formação das nações.

O trabalho foi realizado por meio da busca, análise e comparação de fontes, sempre relacionadas com uma bibliografia selecionada que contribuiu para o enriquecimento das reflexões. Como propõe Silvia Lara (2008), a pesquisa histórica é feita com a busca, coleta e análise de fontes a partir das perguntas do historiador, direcionando sua pesquisa. Nas palavras da autora, “todo trabalho de investigação implica separar e selecionar os documentos capazes de oferecer respostas a perguntas específicas” (p. 22). Dentre as fontes consultadas estão documentos institucionais do Colégio Pedro II, como programas de ensino e quadro de funcionários encontrados no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), localizado no *campus* Centro da referida instituição; leis e decretos do império, encontrados em domínios públicos oficiais do governo brasileiro; e, por fim, produtos da imprensa periódica da época, como o *Jornal do Commercio*, o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Oficial*, disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Já entre a bibliografia selecionada, estão obras que tratam da temática da questão nacional, da História da Educação no Brasil e da história do Colégio Pedro II.

Já contestada a tradição positivista de inclinar todos os esforços analíticos somente - ou majoritariamente - para as fontes provenientes de documentos oficiais, esperando que estas falem por si só e tragam uma suposta verdade histórica (Barros, 2011), nesta pesquisa as fontes de documentos oficiais são relacionadas a outras tipificações, cada uma analisada segundo suas particularidades, almejando uma área de análise mais ampla. Não se abstendo desse uso, as contribuições do historiador francês Marc Bloch (2001) mostram que “os textos [...], mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (p. 79).

As proposições da historiadora Tania Regina de Luca (2008) tornam-se muito pertinentes na construção desta pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao uso e análise de fontes advindas da imprensa periódica. A autora elucida que, por muito tempo, os periódicos não foram analisados como fontes por serem julgados tendenciosos por uma historiografia que se pretendia ser neutra, abstendo-se de valores subjetivos. Contudo, novos entendimentos a respeito da construção historiográfica permitiram romper com esse paradigma também, entendendo que tanto as fontes julgadas como oficiais como as da imprensa periódicas são produzidas por pessoas, portanto, não possuem a neutralidade que antes era almejada. Além do mais, a análise de produtos da imprensa periódica permite identificar informações que circulavam a respeito do objeto estudado, as quais contribuem para a formação da opinião de seus leitores.

Somadas a essas atividades, esta pesquisa foi desenvolvida em constante diálogo acadêmico. O Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação do Colégio Pedro II (GEPHE-CPII) teve papel fundamental na formação da pesquisa, assim como o financiamento da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC) por meio de um edital de Iniciação Científica, e também os debates proporcionados por diferentes eventos acadêmicos em diferentes universidades e faculdades do Brasil, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), além do próprio Colégio Pedro II. Essa estruturação de forma coletiva e constantemente dialógica permitiu novos olhares sobre a temática, munidos de criticidade, lapidando e amadurecendo a pesquisa.

O trabalho anuncia sua relevância ao estabelecer um debate sobre a construção da identidade nacional brasileira durante o século XIX pelas vias educativas. Além disso, o estudo de caso sobre a constituição da disciplina de História do Colégio Pedro II, notória instituição de ensino secundário desde a sua criação, em 1837, no Segundo Reinado, permite identificar valores que o governo imperial visava imprimir em uma seleta parcela da sociedade não somente por meio da disciplina de História propriamente dita, que é o cerne desta pesquisa, mas também pela composição do colégio em si, do seu quadro de funcionários e de seu corpo docente. Trazendo um olhar sóbrio sobre a temática, esta pesquisa também rompe com um certo saudosismo existente em grande parte da historiografia que aborda o Colégio Pedro II¹, indicando de forma clara algumas problematizações de suma importância (SILVA, 2023).

O primeiro capítulo, nomeado “Brasil: unidade a partir de uma ideia”, busca a compreensão sobre alguns momentos históricos a partir da Independência do Brasil, em 1822, que puseram em xeque a unidade política e territorial do país logo em seus primeiros momentos de existência oficial. Além disso, traça a trajetória de medidas políticas e militares tomadas para que a fragmentação fosse evitada, ou, em alguns momentos, desfeita. O capítulo relaciona a importância da construção de uma identidade nacional, tratando em especial do caso brasileiro, seus usos políticos e algumas de suas ferramentas, sendo a Educação a principal delas aqui abordada. Introduzindo o Colégio Pedro II como um marco do projeto nacional, o capítulo encerra-se com uma reflexão acerca da relação dialógica entre a construção historiográfica e o ensino de História na sala de aula.

¹ Neste trabalho, a instituição será referenciada apenas como Colégio Pedro II. A opção foi exercida para evitar a multiplicidade de referências nominais na mesma obra sobre o mesmo objeto.

O segundo capítulo, intitulado “Educação secundária e identidade nacional”, discorre a respeito do simbolismo que permeou a criação do Colégio Pedro II na primeira metade do século XIX, analisando de forma relacional como que esses aspectos contribuíram para a forja do que se pretendia ser a identidade nacional brasileira. Tais aspectos partem desde a criação do Colégio Pedro II, perpassando as estruturas físicas da instituição, contemplando, ainda, seu quadro de funcionários e seu corpo docente. O capítulo reserva um estudo não somente sobre os catedráticos que ministravam a disciplina de História, como também uma análise do primeiro programa de ensino da instituição, identificando fatores constitutivos da História pela qual se pretendia educar uma futura elite dirigente do país.

2. BRASIL: UNIDADE A PARTIR DE UMA IDEIA

Longe de ser algo inato às sociedades ou aos indivíduos que nela vivem, a identidade nacional é um elemento resultante de processos históricos, constituídos por agentes e ações específicas. Ela pode ser introjetada em um povo de diferentes formas, geralmente combinadas, que partem desde a identificação linguística e cultural, perpassando o estabelecimento de um passado histórico em comum, e tendo junto a esses elementos, também, a criação de símbolos (Anderson, 2008). Tão importante quanto, a Educação foi ferramenta essencial para a construção e disseminação do que se pretendia a ser a identidade nacional brasileira na primeira metade do século XIX.

Este fator se relaciona com a questão do analfabetismo e do letramento no império brasileiro. Para se ter ideia, segundo Sidney Chalhoub (2012), de acordo com o primeiro recenseamento geral, datado de 1872, cerca de 77% da população brasileira era analfabeta. No Rio de Janeiro, sede do império, aproximadamente 50% da população integrava a taxa de analfabetismo. Tais dados explicitam o caráter exclusivo da educação formal no Brasil durante o século XIX, sendo um privilégio para poucos.

Contudo, estes fatores permitiram que o império não somente criasse políticas educacionais voltadas para as classes mais abastadas, que seriam a futura elite dirigente do país, como também os educasse a partir dos valores que se pretendiam a ser os valores brasileiros. Sendo assim, o governo imperial brasileiro se preocupou em criar instituições que pudessem forjar uma história brasileira e, não obstante, disseminá-la por meio de diferentes meios. Duas dessas instituições foram exploradas nesta pesquisa, sendo em maior medida, o

Colégio Pedro II, e, de forma anexa e correlacionada, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado um ano depois, em 1838.

Segundo Solange Zotti (2005), “o Colégio D. Pedro II foi a primeira instituição escolar que passa a usar nominalmente o termo ‘secundário’ como denominação legal” (p. 29), em um momento onde ainda não havia certa uniformidade com relação à instrução nas províncias brasileiras, como observam José Gondra e Alessandra Schueler (2008). Fato reconhecido amplamente pelas pesquisas que se debruçam sobre a história da instituição, em seus primórdios, o Colégio Pedro II foi projetado para atender às necessidades de uma pequena parcela da população brasileira, em vista do supracitado panorama educacional formal exclusivo da elite dirigente, e suas disciplinas eram carregadas de um ideal formativo civilizatório, como será explicitado adiante, utilizando como exemplo o cerne da pesquisa: a análise da disciplina de História da referida instituição.

Em consonância com a criação do Colégio Pedro II enquanto uma instituição educacional, o governo imperial criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para realizar uma atividade essencial para um país que pretendia fundar uma identidade nacional: a forja da historiografia oficial brasileira, contribuindo de forma sistematizada para a construção do imaginário da existência de um passado histórico em comum (Andrade, 2007). Esse detalhe une-se ao fato da reconfiguração pela qual a historiografia passou a partir do século XIX, tornando ainda mais oportuno o momento de desenvolvimento da historiografia brasileira. Pessoas ilustres compunham o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e muitas vezes essas mesmas pessoas atuavam como catedráticos do Colégio Pedro II, realizando uma dupla atividade de escrita e ensino de História (Andrade, 1999).

É importante ressaltar, todavia, uma diferença conceitual basilar entre esta pesquisa e grande parte das obras que abrangem a temática. Diferentemente do conhecimento construído até aqui a respeito da relação entre a construção historiográfica realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o ensino de História do Colégio Pedro II no século XIX, representado pela ideia de que “O lugar institucional da produção histórica é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o lugar da produção didática é o Colégio Pedro II” (Andrade, 2007, p. 219), esta pesquisa leva em consideração as contribuições mais atuais a respeito da Educação, reconhecendo a relação dialógica entre a academia e a sala de aula enquanto ambientes de construção do saber histórico (Chervel, 1990).

Ainda que esteje-se falando de panoramas educacionais bem diferentes se comparados

aos dias atuais, rejeita-se a ideia de uma sala de aula inerte, isto é, imóvel no processo de ensino-aprendizagem, que apenas absorve o conhecimento. A História acadêmica e o Ensino de História, portanto, possuem uma relação dialógica, sendo a sala de aula, também, um local importante para a construção ativa do saber histórico. Tal concepção contribui pois, ainda que cada proposta de tipificação de História possua suas especificidades, a construção do saber histórico não está relegada a apenas uma delas ou a um seletivo grupo. Kátia Abud, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), elucida por meio de seus estudos que

Nesse momento, em que o Brasil se estruturava como nação, após a Independência de 1822, a História acadêmica e a História disciplina escolar se confundiam em seus objetivos, pois a nacionalidade era a grande questão posta à sociedade brasileira. As classes dirigentes se atribuíam o direito de escolha do passado, visto como um caminho percorrido pela humanidade em direção ao progresso, iluminado pelo conceito de nação (Abud, 2023, p. 30).

Sendo assim, não é como se de fato as competências e especificidades de cada forma de construção histórica limitassem elas, especialmente em um momento histórico como que o Brasil vivia na época. A essa altura, como evidencia a autora, ambas se confundiam pois tinham uma grande finalidade em comum, que é a já aqui posta construção da identidade nacional brasileira, cada uma em seus ambientes, com seus agentes, recursos e ações. Ainda que as duas instituições por vezes contassem com os mesmos profissionais, seus ambientes necessitavam de formas diferentes de manusear a História. De forma analógica, o IHGB era o ferreiro que construía as engrenagens da História, enquanto o Colégio Pedro II era o maquinista que, ao fazê-las funcionar na Educação, indicava ao ferreiro ajustes e novas invenções, na forma de novas perspectivas.

3. EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA E IDENTIDADE NACIONAL

É preciso esclarecer, antes de tudo, que a criação, a projeção e a constituição do Colégio Pedro II são rodeadas de simbolismos. Serão expostos dois dos casos que constituem o mito fundador da gênese da instituição. O decreto de 2 de dezembro de 1837 é o marco da

criação do Colégio Pedro II, que nasce sob o nome de Collegio de Pedro II, ou ainda Imperial Collegio de Pedro II, como pode ser observado nos produtos da imprensa periódica do período², como os aqui analisados *Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Oficial*, em diversas ocorrências ao longo de suas edições. Já de início, a partir dessa data e da estrutura física em que começou a funcionar o colégio que levava o nome do futuro imperador do Brasil, é possível extrair algumas das principais estratégias de simbolismo que envolvem a história da instituição.

3.1 A construção institucional da consciência histórica³

A primeira das principais estratégias de simbolismo é referente logo à data de fundação do colégio, que sequer resvala na possibilidade de ter sido aleatória. O decreto de sua fundação é datado do aniversário de 12 anos do futuro imperador, ao qual o ministro do império Bernardo Pereira de Vasconcelos, no ato da proposta de criação da instituição, dedicou o nome. Mas para além da relação nominal, pesquisas (Andrade, 1999; Santos, 2011) sugerem que Pedro II possuía até certa proximidade com a instituição, sendo figura presente, o quanto possível, no cotidiano do colégio. Para além de uma simples homenagem, o Colégio Pedro II nasce já trazendo em seu nome a figura de maior autoridade do império brasileiro, mesmo que ainda não estivesse ocupando o cargo de imperador efetivamente.

A segunda é a própria estrutura física em que o colégio inicia suas atividades. Como o próprio decreto de fundação faz notar, o Colégio Pedro II assumiu o lugar onde anteriormente funcionava o Seminário de São Joaquim, no centro da cidade do Rio de Janeiro, capital da Corte. A instituição que precede o colégio era conhecida, historicamente, por sua tradição de solidariedade e valores comunitários, principalmente por ter em seu quadro de seminaristas alguns jovens órfãos. Tais informações são confirmadas analisando brevemente as impressões de Joaquim Manuel de Macedo⁴, marcadas por um certo orgulho no tocante às características, em um conjunto de artigos publicados nos folhetins do *Jornal do Comércio*, nomeados “Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro”⁵:

² O escritor também foi professor da disciplina de História do Colégio Pedro II, nomeado no final da década de 1840.

³ Apesar de tais artigos estarem dispostos no *Jornal do Comércio*, versões também analisadas, foi utilizado como fonte de análise nesta pesquisa um livro que reúne todos os artigos dessa série, por motivos organizacionais.

⁴ Silva (2023, p. 119-123).

⁵ Gorender (2016).

Essa bela instituição, de que hoje tanto nos ufanamos, é filha de humildes pais. Porque há um século e vinte e alguns anos deram-lhe o ser a caridade, que nunca foi altiva, e um simples sacristão-mor, que provavelmente não era de nobre estirpe. (Macedo, 2005, p. 288)

Este conjunto de ações tomadas pelo governo imperial se relacionam de forma indireta com a disciplina de História do Colégio Pedro II no referido período, pois, antes mesmo do início de suas atividades, a instituição já emanava os valores e a consciência histórica que ela almejava transferir à população. Isso fica evidente, a exemplo, no jornal *Correio Oficial*, que em 7 de dezembro de 1837 trouxe um fragmento emblemático comparando o recém-fundado Colégio Pedro II aos colégios da França, que herdaram o nome de seus melhores reis, abordando também a possibilidade do Colégio Pedro II rivalizar em qualidade com eles, e, por fim, sela um compromisso de retomar o quão benéfica será a existência e atividade do Colégio Pedro II.

Outro fator que também se relaciona indiretamente com a disciplina de História por meio da construção da consciência histórica proposta pelo Colégio Pedro II é a composição das pessoas que frequentavam o Colégio Pedro II, referindo-se à sua pluralidade ou à falta dela. Como já elencado anteriormente, o colégio foi projetado para ser a instituição que formaria os filhos da elite político-econômica brasileira, isto é, a futura elite dirigente do país. Fato conhecido, a Independência em 1822 não promoveu grandes mudanças na sociedade, tendo como uma de suas principais características a desigualdade social. Portanto, é importante discriminar quem compunha majoritariamente o quadro discente da instituição, já que tratava-se de uma instituição que era paga, projetada sob grande simbolismo como elucidado anteriormente.

É um equívoco, porém, formular uma falsa ideia de homogeneidade nesse quadro. O Colégio Pedro II, assumindo o supracitado ideal de caridade, também admitia estudantes órfãos por meio de pedidos de aceite formalizados em cartas, o que, apesar de ser contraditório em uma sociedade onde grande parte da população ainda não possuía letramento, expandia o leque socioeconômico de pessoas que pertenciam à categoria discente. Não obstante, não foi encontrado no estatuto oficial do Colégio Pedro II, no recorte temporal estudado, qualquer determinação que proibisse estudantes negros de compor o quadro

discente⁶. Contudo, não se deve esquecer as possíveis contradições intrínsecas à História: ainda que estudantes negros fossem formados pelo Colégio Pedro II, cenário já muito dificultado pela realidade brasileira do século XIX, ele seria educado por uma instituição que divulgava os valores do império brasileiro e reinserido em uma sociedade escravocrata que, por padrão, promoveria sua exclusão social.

Adentrando na questão racial, ela se faz muito necessária, principalmente no que diz respeito à construção - ou à manutenção - de uma consciência histórica em uma instituição educativa brasileira do início do século XIX. Novas pesquisas indicam que pessoas escravizadas pertencentes tanto ao Estado brasileiro, os chamados “escravos da nação”, como a particulares trabalharam no Colégio Pedro II, exercendo funções como cozinheiros, criados e serventes⁷. Esse é um marco que transforma grande parte da historiografia brasileira que estuda a instituição, pois em sua maioria, ignoram tal fato ao nível de sequer fazerem menções. Certamente, a escassez de fontes não é o grande empecilho, visto que o Brasil tem em sua história a mácula da prática escravocrata sistematizada por mais de 300 anos.

Por tal compromisso, é exposta aqui uma análise relacional de como a existência e prática da escravidão em uma das mais importantes instituições educativas do império brasileiro contribuía para a naturalização desse panorama por meio da consciência histórica. Não se pretende, aqui, confundir as visões de mundo, tentando aplicar os valores da sociedade brasileira atual aos valores de uma sociedade brasileira do início do século XIX, mas sim compreender a realidade abordada a partir de seus próprios moldes, admitindo suas particularidades, conforme propõe o estudo de caso de Robert Darnton (1986). Contudo, não é possível se eximir do fato de que, até a sua abolição, a escravidão alicerçou as principais instituições no Brasil, seja no âmbito político, social, econômico, cultural ou mesmo o educacional⁸. Sendo assim, estes fatores socioeconômicos implicam diretamente na construção prévia de uma consciência histórica, a qual a disciplina de História do Colégio Pedro II não necessariamente buscava romper.

⁶ Brasil, 1838.

⁷ Fato que muda com o Decreto n. 598 de 25 de março de 1849, do Ministro do Império Visconde de Monte Alegre, que divide as cadeiras de História e Geografia.

⁸ A organização seriada e sequencial das turmas, na época chamadas de Aulas, não era de acordo com os moldes atuais. Era, na verdade, o contrário: hoje conta-se de forma crescente. No Colégio Pedro II, à época, as séries eram contadas de forma decrescente, sendo o sétimo ano, portanto, uma das primeiras Aulas a serem frequentadas pelos estudantes, em conformidade com o Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838.

3.2 A constituição disciplinar

Pode-se afirmar que a disciplina de História, tal como as demais disciplinas do quadro compreendido como Humanidades, são carregadas de relevância social e formativa. Curiosamente, as Humanidades foram o principal alvo do investimento no momento da formulação e divisão de disciplinas e tempos nos primeiros anos de funcionamento do Colégio Pedro II⁹. Os arquivos dessa divisão encontram-se no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM) em bom estado de conservação e em acervos virtuais. Não é a intenção deste trabalho reescrever ou reproduzir o planejamento que define essa divisão, mas a informação a respeito da relevância que esse eixo disciplinar recebeu é importante pois remete primordialmente ao ideal civilizatório que a Educação carregava no Brasil ainda no século XIX, amplamente inspirada nos moldes ocidentais europeus, como evidenciado adiante.

A disciplina de História no Colégio Pedro II em seus primeiros anos de funcionamento era dividida em cadeiras, cujas quais tinham como catedráticos pessoas ilustres na referida sociedade. Esta pesquisa também não tem por objetivo realizar uma atividade de catalogação de catedráticos, mas a exposição de exemplos práticos são vistas como produtivas. Justiniano José da Rocha (1812-1862) foi o primeiro a assumir cadeiras da disciplina de História, sendo elas as de História Antiga, História Romana, História Pátria e, adicionalmente, Geografia, pois algumas cadeiras de História e Geografia eram integradas¹⁰. Além disso, integrava o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo um dos exemplos práticos da relação previamente estabelecida entre as duas instituições nesta pesquisa.

Outro catedrático que foi uma pessoa notória na referida sociedade trata-se de Joaquim Manuel de Macedo, que, além de lecionar no Colégio Pedro II, também era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O romancista, que já havia escrito e publicado em 1844 sua famosa obra “A Moreninha”, formado em medicina, assumiu o cargo de catedrático em 1849, lecionando História Antiga e Geografia (Santos, 2011). Estas presenças elucidam que, além de ter um claro público alvo definido, o governo imperial também selecionava e nomeava a rigor os catedráticos do Colégio Pedro II, quando não partindo do processo de seleção de

⁹ O conceito de consciência histórica é utilizado, neste trabalho, em conformidade com o que é apresentado por Estevão Martins (2019, p. 55), sendo “a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Ela inclui dois elementos constitutivos: o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence, situados no tempo”.

¹⁰ Fruto da reforma feita nos Estatutos do Colégio Pedro II, por meio do Decreto nº 62 de 1º de Fev. de 1841.

professores por meio de concurso.

Sob a ótica do Estado, a tarefa primordial desses catedráticos seria a de educar a nação. Mais ainda: especificamente referente aos catedráticos de História, contar ao seu povo sua própria história, forjada no âmago dos interesses políticos do governo imperial brasileiro. Isso tornou-se mais evidente na década de 1840, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) propôs um concurso sobre como deveria ser a escrita da História do Brasil, em 1840, e outro sobre como deveria ser elaborado o programa de ensino de História do Brasil. Von Martius, pesquisador alemão, teve as respostas vencedoras, nas quais ele evidenciou os conhecimentos fundamentais necessários para formar a identidade nacional brasileira a partir de sua História (Abud, 2023; Santos, 2011).

Dentre esses conhecimentos estavam a necessidade de abordar a diversidade étnica brasileira a partir de uma premissa formativa, isto é, o papel e contribuição dos brancos, dos negros e dos indígenas na constituição do Brasil¹¹; o protagonismo português durante a colonização sistematizada; e as relações entre os colonos, jesuítas e demais nações europeias, principalmente no âmbito comercial, como explica Beatriz Santos (2011). A autora acrescenta que “a História estaria marcada pelo caráter civilizador de modo que a tarefa iniciada pela colonização portuguesa deveria ter continuidade com vistas ao progresso do Estado nacional” (p. 86).

Já postos a missão da construção e disseminação de uma identidade nacional brasileira, os agentes encarregados dela, os alvos e o ambiente em que ela deveria ser realizada, cabe uma análise das ferramentas que seriam utilizadas pelos catedráticos em virtude de seu cumprimento. Em especial, tais ferramentas foram os programas de ensino, o currículo, seus componentes e os compêndios.

Evitando naturalizações e generalizações, o currículo escolar deve ser enxergado como uma construção histórica resultante de constantes disputas políticas (Chervel, 1990). Isto é, nenhum item presente no programa de ensino e no currículo, ou mesmo itens ausentes, são meros frutos do acaso, mesmo apesar das notáveis mudanças sobre a concepção de currículo ao longo do tempo. Nessa perspectiva, evidencia-se como fonte para análise a obra

¹¹ Grande parte das obras que abordam o passado do Colégio Pedro II assumem um caráter saudosista, visto que é uma instituição tradicional de ensino no Brasil ainda nos dias atuais. Isso torna-se evidente na forma e no conteúdo dessas obras, mais ainda ao pesquisar as relações dos autores com a instituição. Como alguns dos expoentes mais recentes dessa historiografia, estão as obras de Santos (2011) e Andrade (1999; 2007). É importante salientar que isso não significa, contudo, descredibilizar as importantes contribuições que essas obras e autores(as) agregaram à construção do conhecimento a respeito da instituição.

“Programas de ensino da escola secundária brasileira (1850-1951)”, de Michael Lorenz e Ariclê Vechia (1998), que compila diversos programas de ensino do Colégio Pedro II entre 1850 e 1951. A opção de fonte para análise se deu pela falta de disponibilidade dos exemplares originais dos primeiros programas de ensino disponíveis. Para uma análise aprofundada, será observado e fragmentado o primeiro programa de ensino da cadeira de História do Brasil, voltado para as séries de sétimo ano¹², datado de 1850¹³.

IMAGEM 1 - Programa de ensino de História do Brasil para as Aulas de Sétimo Ano: primeiro fragmento (1850).

¹² Como elucida Beatriz Santos (2011), apesar da proposta de Von Martius incluir os povos indígenas na escrita da História do Brasil e nos programas de ensino, os mesmos só aparecem mais ativamente nos programas de ensino a partir de 1850.

¹³ Descrição: “36. Tentativa de 1817; 37: Regencia do Sr D. Pedro - Acclamação da Independencia; 38: Movimento de Pernambuco em 1824; 39: Lord Cockrane; 40: Fundação das principaes Cidades do Brasil”.

SEPTIMO ANNO.

HISTÓRIA DO BRASIL.

1. Descobrimiento do Brasil: primeiros exploradores.
2. Divisão do Brasil em capitanias.
3. Estado do Brasil. — Thomé de Sousa e Duarte da Costa. Jesuítas — Nobrega e Anchieta.
4. Invasão franceza no Rio. Villegaignon.
5. Expulsão dos Francezes do Rio. Estácio de Sá.
6. Estabelecimento dos Francezes do Maranhão. La Ravardiere. Expulsão por Alexandre de Moura.
7. Du Clerc, e Dugué-Trouin.
8. D. Sebastião. — Dominio hespanhol.
9. Incursões inglezas. — Cavendish e Lancaster.
10. Invasão hollandeza na Bahia. — Hans Van Dort. — Expulsão. — D. Frandique de Toledo.
11. Guerra Hollandeza. — Desde a invasão até a expedição de Canelell a Itamaracá.
12. Desde a chegada de Oquendo até a retirada de Mathias de Albuquerque para as Alagoas.
13. D. Luiz de Roxas. — Bagnuolo até a evacuação de Sergipe.
14. O Conde Mauricio de Nassau até a invasão da Bahia.
15. Revolução de 1640 em Portugal. — Amador Bueno. — Tregoa com os Hollandezes.
16. Expedição de João Cornelles: expulsão dos Hollandezes do Maranhão.
17. Conspiração de Beckman.
18. Retirada de Mauricio de Nassau. — Vieira. — Derrota de Huss e Blaar.
19. Schoppe volta ao Brasil. — Primeira batalha dos Guararapes.
20. Segunda batalha dos Guararapes. — Os Portuguezes entrão no Recife. — Effeitos da conquista.
21. Vidal de Negreiros e seus successores no Governo de Pernambuco.
22. Revolta chamada dos Mascates.
23. Salvador Correia no Governo do Rio de Janeiro.
24. Descoberta das minas do Brasil. — Seus effeitos.
25. Projecto de revolução em Minas. — Joaquim José da Silva Xavier.
26. Colonia do Sacramento. — Desde a fundação até a sua reconstrução.
27. Ataque de Salcedo.
28. Demarcação de limites 1750. — Primeira campanha de Gomes Freire.
29. Segunda campanha de Gomes Freire. — Annullação do tratado de 1750.
30. Campanha de Ceballos até a paz de Pariz.
31. Conde Florida Blanca. Ceballos até a paz de Madrid.
32. Influencia dos Jesuítas no Brasil, sua expulsão.
33. Vinda do Sr. D. João VI. — Acontecimentos até o anno de 1815.
34. Campanhas do Sul desde 1811 até a incorporação da — Provincia Cisplatina ao reino unido de Portugal, Brasil e Algarves.
35. Acontecimentos de 1820 em Portugal. — e no Brasil desde essa época até o regresso da Côrte.

Em um olhar inicial, do início ao fim de um programa que se pretende a ser a História do Brasil, é possível notar a evidente presença de personalidades europeias e seus feitos. O início, tomado por tradicional por grande parte da historiografia brasileira à época, tem como ponto de partida a chegada dos portugueses ao território, nomeada de “descobrimiento”, privilegiando a perspectiva europeia sobre o fato. Ele é seguido de um estudo a respeito das Capitanias Hereditárias, primeiro grande esforço de organização administrativa da Coroa portuguesa em território americano. Por fim, o último dos três primeiros tópicos a respeito da História do Brasil aborda a presença dos dois primeiros governadores-gerais do Brasil, bem como a presença de figuras eclesiásticas consolidadas na historiografia brasileira. Nota-se a ausência de tópicos que indiquem qualquer protagonismo de povos indígenas.

Do quarto tópico ao décimo oitavo, quase todos os conhecimentos históricos a serem articulados tratavam do embate entre portugueses e outros invasores europeus, como franceses, ingleses e holandeses. Esses momentos de combate e expulsão dos estrangeiros, levando em consideração os já estabelecidos portugueses, serviam para consolidar e reforçar um certo poderio português, sobretudo o militar, ressaltando as raízes brasileiras advindas de uma outra nação igualmente forte. Serviu, ainda, para fincar essas mesmas raízes no imaginário histórico brasileiro, uma espécie de mito fundador, uma gênese política a partir da colonização.

O décimo quinto tópico, o décimo sétimo e os tópicos entre o vigésimo e o vigésimo sétimo abordam momentos da história brasileira em que a Coroa portuguesa também mostrou seu poderio militar, porém, em revoltas ocorridas no próprio território a partir de conflitos entre a Coroa, colonos e nativos, popularmente conhecidas como revoltas coloniais. O conflito de interesses entre a metrópole e a colônia originou tensões que marcaram a história e a historiografia brasileira. Se faz necessária uma menção à curiosa presença de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, no conteúdo programático, o qual posteriormente foi tomado como herói nacional pela República no Brasil.

Longe de buscar traçar uma estrita relação de dualismo presente no currículo, e ao invés disso, pretendendo alcançar as complexidades que o atravessam, certamente a presença de Tiradentes vai na contramão da presença historiográfica das demais lideranças elencadas no programa de ensino. A personalidade histórica considerada uma das principais lideranças da Inconfidência Mineira, movimento de caráter emancipacionista durante o período colonial do Brasil, muito dificilmente seria exaltada pela sua coragem ou por seus valores sociopolíticos. Em contrapartida, nota-se a ausência do nome e das lideranças de outras revoltas contemporâneas e relacionadas, mas compostas por classes sociais distintas, e tendo reivindicações igualmente diferentes, sendo o principal exemplo a revolta colonial de caráter emancipacionista chamada Conjuração Baiana, ou ainda, Conjuração dos Alfaiates.

Do vigésimo sexto tópico ao trigésimo primeiro, nota-se um foco nas disputas territoriais entre Portugal e Espanha, ocasionadas pelos chamados tratados de limites, em especial o Tratado de Madri de 1750, que redefiniu algumas fronteiras entre os territórios coloniais das duas metrópoles. Tal elemento, longe de ser apenas uma contação de história do que se pretendia a ser a História do Brasil, poderia instalar na consciência histórica dos estudantes os valores da diplomacia e as possíveis consequências dos choques de interesses,

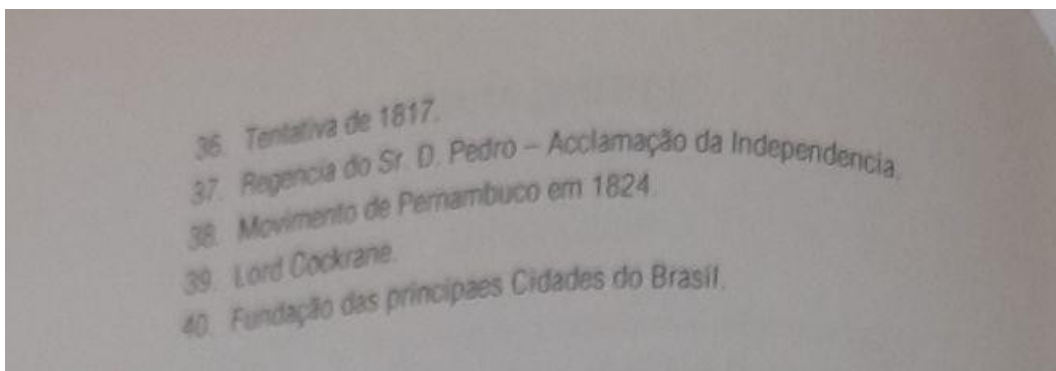
ilustrando os dois países como protagonistas a partir de uma nova perspectiva brasileira, ainda em construção.

O trigésimo segundo tópico dá ênfase ao momento em que, por meio das chamadas Reformas Pombalinas, ocorre a expulsão dos padres jesuítas do território brasileiro. Ainda que a evacuação não tenha sido total e imediata como se propõe, o fato foi um marco em diversos aspectos para a sociedade colonial, e dentre eles, o de ter sido o responsável por transferir as competências educacionais que anteriormente estavam amplamente a cargo da Igreja, agora, para as mãos da Coroa portuguesa e, como consequência, para o Estado imperial brasileiro. José Gondra e Alessandra Schueler (2008) evidenciam que a instituição das Aulas Régias foram parte fundamental desse processo.

No âmbito da educação escolar, a reforma pombalina (1759-1772) desencadeou o processo de expulsão dos jesuítas de Portugal e de todo o seu Império, o que acarretou a reorganização do ensino público oficial. Tornava-se então obrigação do Império luso garantir a educação gratuita à população, não de forma igualitária e homogênea, em todo o território metropolitano e colonial. Para tanto, a reforma dos Estudos Menores criou o sistema das Aulas Régias, que passariam a ser financiadas pelo subsídio literário e coordenadas pelo Diretor Geral de Estudos. (Gondra e Schueler, 2008, p. 21)

Entre o trigésimo terceiro tópico e o trigésimo quinto, nota-se já a necessidade, por parte do catedrático, de ministrar acontecimentos relativamente recentes na história brasileira, como a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, fugindo da invasão francesa liderada por Napoleão Bonaparte. Dentre esses eventos, incluem-se, também, a invasão e a anexação, por parte de D. João VI, da província Cisplatina, atual Uruguai, à época já emancipado do território brasileiro. Mais um item que pode ser associado ao reforço do poderio português e suas raízes na história do Brasil. Porém, estes eventos recentes também elucidam momentos de modernização no Brasil, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, onde funciona o Colégio Pedro II, inclusive reproduzindo grande parte do aparato burocrático português, movimento que a historiadora Maria Odila Dias (2005) chama de “interiorização da metrópole”.

IMAGEM 2 - Programa de ensino de História do Brasil para as Aulas de Sétimo Ano: segundo fragmento (1850).¹⁴



O trigésimo terceiro tópico, nomeado como “Tentativa de 1817”, claramente refere-se à Revolução Pernambucana de 1817, movimento de caráter separatista e republicano que imprimiu em suas ações a insatisfação de algumas lideranças regionais a respeito da desigualdade social, ressaltada pela estada da Corte portuguesa no Brasil. Igualmente presente, a Confederação do Equador, chamada de “Movimento de Pernambuco em 1824”, ocorrida já após a Independência de 1822, é outro movimento revoltoso, mas que possui algumas raízes no movimento anteriormente citado. Tais eventos são seguidos, no programa de ensino, do retorno de D. João VI a Portugal e da regência de Pedro I, momentos que precedem a Independência do Brasil, findando-se no quadragésimo tópico, que traz a preocupação para que os estudantes aprendam a respeito da fundação das principais cidades do Brasil. Seguindo o padrão constitutivo do programa analisado, claramente o ensino seria sob a ótica do colonizador, mais precisamente da família real portuguesa, possivelmente ressaltando algumas importâncias estratégicas ou comerciais de cada cidade.

IMAGEM 3 - Programa de ensino de História Moderna para as Aulas de Sexto Ano: primeiro fragmento (1850).

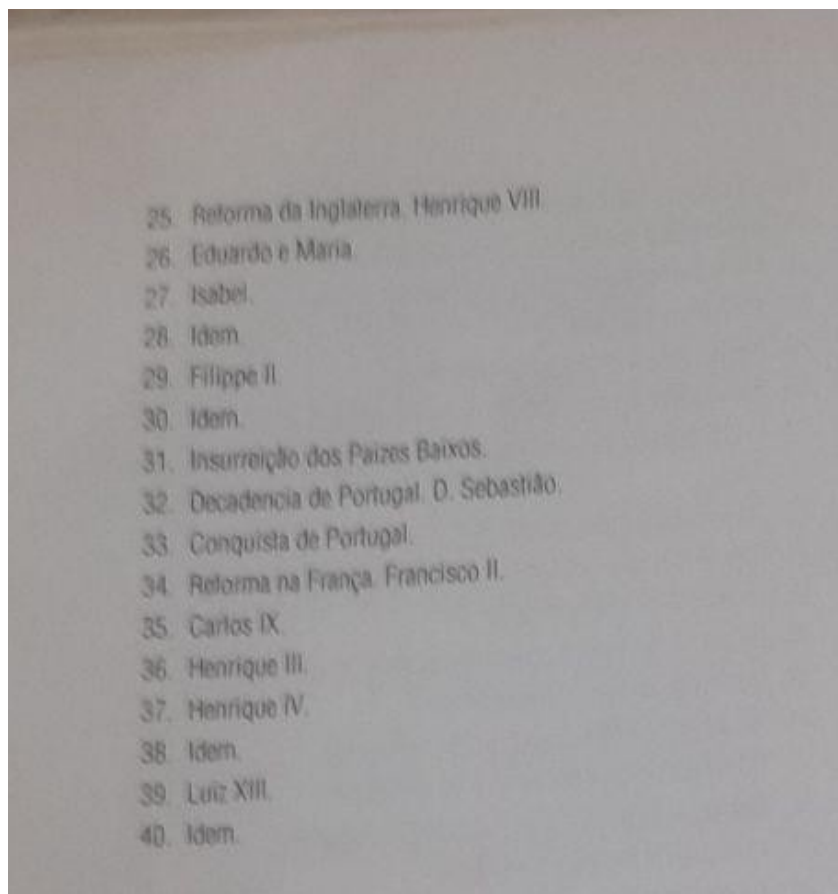
¹⁴ Brasil, 1838.

SEXTO ANNO.

HISTORIA MODERNA.

1. França. Luiz XI.
2. Idem.
3. Inglaterra. Guerra das duas Rosas.
4. Idem.
5. Alemanha. Frederico III.
6. Hespanha. Fernando de Aragão, e Isabel de Castella.
7. Descoberta da America.
8. Portugal. D. João II.
9. D. Manoel.
10. Idem.
11. Descoberta do Brasil.
12. Decandencia da Italia.
13. Idem.
14. Carlos VIII.
15. Luiz XII.
16. Carlos V e Francisco I.
17. Idem.
18. Henrique II.
19. Reforma Religiosa, Scisma do Occidente. Concilios de Pisa, Constança, Basiléa, Ferrara e Florença.
20. Idem.
21. Inssurreição popular. Wickleff, João Huss, Jeronimo de Praga, e Savonarola.
22. Idem.
23. Luthero.
24. Idem.

IMAGEM 4 - Programa de ensino de História Moderna para as Aulas de Sexto Ano: segundo fragmento (1850).



Feita a atividade de análise detalhada da cadeira de História do Brasil para as Aulas do Sétimo Ano e dos componentes curriculares, é possível realizar uma análise crítica de forma comparativa com a cadeira de História Moderna para as Aulas do Sexto Ano. Os conteúdos programáticos são marcados a partir da gênese das principais potências europeias e dos nomes de grandes personalidades da história ocidental europeia. Reis portugueses, espanhóis, ingleses e franceses norteiam o conhecimento a ser construído a partir do conteúdo. Não obstante, alguns processos históricos importantes para a mudança da mentalidade ocidental também marcam presença, como a Reforma Religiosa. Contudo, isso parece limitar o conteúdo, visto que para preencher todas as 40 lições propostas para as Aulas, alguns dos conteúdos se repetem sem um registro explicitando o critério de quais deveriam se repetir ou o porquê. Beatriz Santos (2011) propõe que

Colégio Pedro II, é patente a concepção de História calcada nos fatos marcantes, nos heróis e em seus feitos memoráveis. Sob esse enfoque, as biografias tornavam-se importantes veículos de transmissão de valores, de exemplos na construção da nova nação (Santos, 2011, p. 86).

Com relação aos livros didáticos, chamados de compêndios, não foi possível retratá-los de forma direta como foi permitido o acesso aos programas de ensino. O motivo advém do processo de manutenção e restauração pelos quais os documentos estavam passando no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM). Contudo, estudos anteriores nos revelam que os primeiros compêndios foram importados e traduzidos por Justiniano José da Rocha, como “os manuais franceses de Cayx e Poisson (História Antiga) e os de Rozoir e Dumont (História Romana)” (Santos, 2011, p. 67). Posteriormente, foram elaborados pelos próprios catedráticos do Colégio Pedro II.

A ação de importar compêndios, mesmo que inicialmente, denota a relevância que os valores socioeducacionais ocidentais europeus possuíam para a sociedade brasileira da primeira metade do século XIX, especialmente pela tradição francesa. Tais valores foram responsáveis por compor a materialidade da ação educativa no Brasil, sendo disseminados de acordo com os padrões civilizacionais pretendidos pelo governo imperial.

Em 1849, por meio do Decreto nº 598 de 25 de Março de 1849, o governo imperial realizou uma alteração significativa nas cadeiras de História e Geografia. A reforma, dentre outras determinações, redistribuiu as competências de ensinamentos de cadeiras específicas das Humanidades entre os catedráticos, alterando a dinâmica existente anteriormente e redefinindo atribuições. A partir de então, uma série de outras alterações e reformas são realizadas a fim de reorganizar o corpo de catedráticos e conteúdos ministrados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Colégio Pedro II e da sua disciplina de História como um instrumento de formação de elites e de construção do que se pretendia ser a identidade nacional brasileira revela sua importância no projeto educacional e político do império. Desde sua fundação, em 1837, sob um forte apelo simbólico ligado à figura de Pedro II, a instituição foi concebida como uma peça-chave para consolidar os valores pretendidos pelo Estado imperial. Esse

projeto se expressa em fatores que partem desde a escolha da data de criação e na ocupação de um espaço simbólico, quanto no currículo, nos catedráticos escolhidos para as cadeiras de Humanidades e nos programas de ensino das cadeiras de História.

O trabalho procurou evidenciar, inicialmente, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio Pedro II interagiram no século XIX de forma dialógica, desempenhando papéis complementares na construção de uma narrativa histórica oficial. Ambos, dentro de suas especificidades, e em grande parte do tempo contando com os mesmos profissionais, contribuíram para a forja da história brasileira. Essa relação revela o papel estratégico dessas instituições no projeto de construção nacional, consolidando ideais como unidade territorial, soberania e civilização.

No segundo capítulo, observou-se como o Colégio Pedro II atuou na formulação de uma identidade brasileira de forma direta, utilizando a disciplina de História como ferramenta de formação moral, política e social. A discussão sobre os usos políticos da Educação para tais finalidades ilustra um esforço deliberado de exaltar valores ligados à monarquia, à colonização portuguesa e ao poder imperial, enquanto aspectos mais críticos da história nacional, como a escravidão e as desigualdades sociais, eram relegados ou tratados sob a ótica do dominador. A presença de catedráticos de destaque, como Joaquim Manuel de Macedo e Justiniano José da Rocha, figuras ilustres da sociedade brasileira, reforça a centralidade da instituição no panorama educacional brasileiro.

No terceiro capítulo, foi possível aprofundar a análise sobre a disciplina de História e os mecanismos de exclusão e inclusão que permeavam o Colégio Pedro II. Embora a instituição se apresentasse como um espaço de caridade e abertura para órfãos e estudantes de diferentes origens, seu papel na manutenção das desigualdades estruturais fica evidente quando se leva em consideração que sua existência foi do interesse das elites dirigentes. A análise dos currículos e dos programas de ensino destaca a existência de um enfoque predominantemente eurocêntrico, que priorizava feitos portugueses e relegava as contribuições de outros grupos sociais a um papel secundário, marginalizado ou mesmo apagado. Além disso, a prática da escravidão dentro do próprio colégio durante o período demonstra como a instituição estava profundamente inserida no contexto escravocrata do Brasil do século XIX, contribuindo para a naturalização desse sistema.

A análise e abordagem crítica do currículo e dos programas de ensino revelam ainda que os conteúdos escolares do Colégio Pedro II estavam alinhados aos interesses políticos e

sociais do Estado imperial. O currículo funcionava como um instrumento de manifestação dos interesses do império e das elites dirigentes, moldando uma parte da sociedade de forma que fosse alinhada aos valores e às narrativas da monarquia brasileira e aos ideais civilizatórios propostos.

Portanto, o Colégio Pedro II não foi apenas uma escola, mas também uma importante ferramenta do Estado que veiculava uma visão de nação que excluía vozes dissonantes e reforçava a hegemonia das elites nacionais, junto aos valores civilizacionais eurocêntricos. Essa constatação convida a uma reflexão mais ampla sobre o papel da Educação na formação de identidades e na perpetuação de desigualdades. O estudo do Colégio Pedro II nos primeiros anos de sua existência ilustra como as instituições educacionais podem ser utilizadas como alternativas de consolidação do poder. Desse modo, a história dessa instituição se torna um exemplo emblemático das tensões entre poder, memória e educação no Brasil do século XIX, com repercussões que ecoam até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL. **Lei de 18 de agosto de 1831**. Crêa as Guardas Nacionaes e extingue os corpos de milicias, guardas municipaes e ordenanças. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 49. Vol. 1. pt I.

_____. **Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1834, Página 15 Vol. 1.

_____. **Decreto s/n, de 2 de dezembro de 1837**. Convertendo o Seminario de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v.1, parte 2, p. 59-61, 1837.

_____. **Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838**. Contém os Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1838, Página 61 Vol. 1 pt. II.

_____. **Decreto nº 62, de 1º de Fevereiro de 1841**. Altera algumas das disposições do Regulamento N.º 8 de 31 de Janeiro de 1838, que contém os Estatutos do Collegio de Pedro Segundo. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1841, Página 13 Vol. pt II.

_____. **Decreto nº 598, de 25 de Março de 1849**. Altera os Estatutos do Collegio de Pedro Segundo, na parte relativa ao julgamento dos exames; divide em duas a Cadeira de Historia e Geographia; subdivide em duas a 2.^a de Latim; marca o vencimento dos Professores; e providencia sobre a hora em que devem achar-se no Collegio. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1849, Página 69 Vol. pt II.

CORREIO OFFICIAL: **In Medio Posita Virtus. Parte não official**. Rio de Janeiro, Volume 2º, nº 131, 7 de dezembro de 1837.

LORENZ, Michael Karl; VECHIA, Ariclê. **Programas de ensino da escola secundária brasileira (1850-1951)**. Curitiba: Ed. do autor, 1998.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

Referências bibliográficas

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. *In*: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2023.

ANDERSON, Benedict R.. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana. **Colégio Pedro II – Um lugar de memória**. (Tese de Doutorado/IFCS-UFRJ). Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Historiadores do IHGB/Catedráticos do CPH - Império**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 168, n. 434, jan/fev. 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Considerações sobre o paradigma positivista em História**. Revista Historiar - Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.4. n. 4 (jan./jun. 2011).

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. *In*: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **A construção nacional (1830-1889)**. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro: MAPFRE / Objetiva, 2012.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, n. 2, 1990. p. 177-229.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

FREIRE, Paulo. **A educação é um ato político**. Cadernos de Ciência, Brasília, n. 24, p.21-22, jul./ago./set. 1991.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: Programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

LARA, Silvia Hunold. **Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico**. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17-39, dez. 2008.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Consciência histórica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de. Dicionário de ensino de história. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **A vida política**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.). História do Brasil Nação: Crise colonial e independência (1808-1830). Volume 1. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundação Mapfre, 2011.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica**: a história e os estudos sociais. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

SILVA, Letícia Sousa Campos da. **Tensões na escola do Imperador**: Uma crítica à história única dos trabalhadores do Colégio Pedro II (1837 - 1889). Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023.

ZOTTI, Solange Aparecida. **O ensino secundário no império brasileiro**: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005.